

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Há cerca de uma semana foi noticiado um alerta das autoridades açorianas devido à presença de 16 navios a sul da Ilha das Flores, ostentando o pavilhão da República Popular da China, e identificados no Marine Traffic como sendo embarcações de pesca. Segundo a comunicação social, o comportamento destes navios não seria compatível com atividades e operações de pesca, pelo que o serviço de inspeção da Secretaria Regional do Mar e das Pescas terá dado o alerta ao Centro de Controlo e Vigilância da Pesca, da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

Após o “alerta”, foram de imediato ativados os meios navais e aéreos das entidades participantes no Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, tendo a Marinha enviado um semirrígido da Polícia Marítima da ilha das Flores e a Força Aérea Portuguesa um avião P3. Também a unidade naval do Comando Local da Polícia Marítima das Flores se deslocou ao local, sendo que nenhum destes meios detetou qualquer navio, tendo concluído tratar-se de um alerta falso, segundo foi divulgado pelo Governo Regional.

De acordo com fonte do Governo Regional, a informação proveio de uma “plataforma gratuita, a que todos os cidadãos têm acesso”, acrescentando que o uso destas plataformas para serviços de fiscalização é frequente. Segundo a mesma fonte, “para melhor acompanhamento imediato da situação e respetiva evolução, foram solicitados os serviços de satélite da European Maritime Safety Agency para concederem acesso/imagens do serviço Copernicus [o Programa de Observação da Terra, por satélite, da União Europeia]”. A nota do Governo Regional concluiu que se tratou de um caso de “spoofing”.

Significa isto que as Forças Armadas foram acionadas com base em informação não verificada, assente numa grosseira falsificação de dados, o que é inaceitável. É inaceitável, desde logo, que o Governo Regional não tenha confirmado a informação antes de acionar a Marinha e a Força Aérea. Estas operações comportam custos não despidiendos que importa ter em conta previamente à decisão de as desencadear e em consonância com a fiabilidade da informação

constante do alerta. Uma utilização racional dos meios das Forças Armadas, impunha ao Governo Regional a ponderação destes dois fatores, o que não aconteceu.

*Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:*

1. Quais foram os elementos de informação comunicados pelo Governo Regional às Forças Armadas?
2. Foram desencadeados pelas Forças Armadas mecanismos de verificação da informação constante do alerta recebido? Em caso afirmativos, quais?
3. Quais foram os custos desta operação?

Palácio de São Bento, 28 de agosto de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)